

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA GRV  
MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**

**ENTRE**

**GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.,**

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

**E**

**INTERVENIENTES GARANTIDORES**

**17 DE DEZEMBRO DE 2009**

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large 'Z' and various scribbles.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado,

**GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, n.º 418, 11º andar, sala 12G, Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 10.781.749/0001-77, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora"),

e, de outro lado,

**PENTÁGONO S.A. DTVM**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão (os "Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"),

e ainda, como Intervenientes Garantidores,

**GRV SOLUTIONS S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227, Alphaville, Santana de Parnaíba, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.197.119/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "GRV Solutions");

**JOÃO CARLOS RIBEIRO**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens com Cristiane Debastiani Ribeiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Clóvis Beviláqua, n.º 300, apto. 701, Bairro Cabral, CEP 80035-080, portador da cédula de identidade RG n.º 319.553, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná (SSP/PR), inscrito no cadastro nacional da pessoa física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n.º 000.559.999-72;

*[Assinaturas manuscritas]*

**HOMERO FREDERICO ICAZA FIGNER**, brasileiro, analista de sistemas, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José Pancetti, n.º 325, Bairro Joatinga, CEP 22611-110, portador da cédula de identidade RG n.º 02.402.647-8/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 219.480.547-87, casado em regime de comunhão parcial de bens com Maria Gabriella Zingales Icaza, quem assina este documento apenas para fins do disposto no art. 1.647 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (o "Código Civil");

**CARLOS AUGUSTO SAADE MONTENEGRO**, brasileiro, divorciado, economista, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Jaguaripe, n.º 63, Apto. 602, Bairro Ipanema, CEP 22.421-000, portador da cédula de identidade RG n.º 02.894.894-1/IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 316.943.147-1;

**DENISE MARIA SAADE MONTENEGRO**, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Major Facundo, n.º 844, 9º andar, portadora da cédula de identidade RG n.º 3.251.277, inscrita no CPF/MF sob n.º 223.946.803-34;

**LUIZ PAULO SAADE MONTENEGRO**, brasileiro, divorciado, engenheiro, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, n.º 341, Apto. 501, Bairro Ipanema, CEP 22.421-020, portador da cédula de identidade RG n.º 04.088.913-8/IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 630.578.917-72;

**SOLANGE MARIA SAADE MONTENEGRO**, brasileira, empresária, domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Delfim Moreira, n.º 426, Apto. 103, portadora da cédula de identidade RG n.º 04.769.489-8, inscrita no CPF/MF sob n.º 662.986.797-15 casada em regime de comunhão parcial de bens com José Caetano de Paula Lacerda, quem assina este documento apenas para fins do disposto no art. 1.647 do Código Civil;

os Srs. João Carlos Ribeiro, Homero Frederico Icaza Figner, Carlos Augusto Saade Montenegro, Denise Maria Saade Montenegro, Luiz Paulo Saade Montenegro e Solange Maria Saade Montenegro, em conjunto, denominados "Garantidores Fidejussórios";

a GRV Solutions e os Garantidores Fidejussórios, em conjunto, denominados "Intervenientes Garantidores";

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature that appears to be "R" and several other initials and marks.

VÊM por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Emissora, (a "Escritura"), mediante as cláusulas e condições dispostas a seguir.

## CLÁUSULA I. AUTORIZAÇÃO

I.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de dezembro de 2009.

I.2. A concessão da garantia de alienação fiduciária de ações prevista na CLÁUSULA IV.4(i) desta Escritura foi deliberada e devidamente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de dezembro de 2009.

I.3. A concessão, pela GRV Solutions, das garantia previstas nas CLÁUSULAS IV.4(ii) e IV.5.1 desta Escritura foi deliberada e devidamente aprovada na Reunião do Conselho de Administração da GRV Solutions realizada em 17 de dezembro de 2009.

## CLÁUSULA II. REQUISITOS

II.1. A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única (respectivamente a "Emissão" e as "Debêntures"), e a distribuição pública pela Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 (a "Instrução CVM 476"), das Debêntures (a "Oferta"), serão realizadas com observância dos requisitos descritos nesta Escritura.

II.2. Dispensa de Registro na CVM. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

II.3. Arquivamento e Publicação dos Atos Societários Aplicáveis à Oferta. A ata da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora que aprovou a Oferta ("AGE da Emissora"), foi protocolada para arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a "JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo (o

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

“DOESP”) e (ii) no jornal “Diário de São Paulo”, edição nacional, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores (a “Lei das Sociedades por Ações”).

II.4. Arquivamento e Publicação do Ato Societário Aplicável à Garantia. As atas que aprovaram a concessão das garantias previstas nas CLÁUSULAS IV.4(ii) – ata da AGE da Emissora, IV.4(i) e IV.5.1 – ata da Reunião do Conselho de Administração da GRV Solutions - desta Escritura, foram protocoladas para arquivamento na JUCESP e serão publicadas no (i) DOESP e (ii) no jornal “Diário de São Paulo”, edição nacional.

II.5. Inscrição e Registro perante a JUCESP. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

II.6. Inscrição e Registro perante o Tabelionato de Títulos e Documentos. Em função da constituição das garantias previstas na CLÁUSULA IV.5 abaixo e atendendo ao disposto pelo artigo 129, item 3, da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura e eventuais aditamentos serão também registrados ou averbados, conforme o caso, em cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

II.7. Registro para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

### CLÁUSULA III. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

III.1. Objeto Social da Emissora. O objeto social da Emissora, de acordo com o artigo 3º de seu Estatuto Social é o investimento em outras sociedades.

III.2. Número da Emissão. A presente Escritura constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

*[Handwritten signatures and initials]*

III.3. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

III.4. Número de Série. A Emissão será realizada em série única.

III.5. Colocação e Procedimento de Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (o "Coordenador"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da 1ª Emissão da GRV Monitor Participações S.A.", celebrado em 17 de dezembro de 2009 entre a Emissora e o Coordenador (o "Contrato de Distribuição").

III.5.1. A Emissora não poderá realizar uma nova emissão de debêntures antes que a totalidade das Debêntures seja colocada ou cancelado o saldo das Debêntures não colocado.

III.5.2. O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (o "Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na CLÁUSULA III.5.5 abaixo), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

III.5.3. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

III.5.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador; e (ii) informar ao Coordenador até o dia útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta.

III.5.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que o Coordenador, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o Plano de Distribuição, tendo como público alvo investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

n.º 409, de 18 de agosto de 2004, a saber: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento, respeitado o disposto na cláusula a seguir; e (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os "Investidores Qualificados").

III.5.6. Nos termos da Instrução CVM 476 e para os fins da CLÁUSULA III.5.5 acima: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) da CLÁUSULA III.5.5 acima deverão subscrever, no âmbito da Oferta, no mínimo, 10 (dez) Debêntures.

III.5.7. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes do Coordenador, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador e da Emissora.

III.6. Limite da Emissão. A Emissão atende aos limites previstos por lei, conforme permite a alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que o valor total da Emissão não ultrapassa o limite de 80% (oitenta por cento) do valor agregado dos bens concedidos em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, conforme estipulado pela CLÁUSULA IV.4 abaixo.

III.6.1. Para fins de verificação do valor agregado dos bens concedidos em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, foi considerado o valor por ação de R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos), pago pela Emissora por ocasião da aquisição de ações ordinárias de emissão da Sascar Tecnologia e Segurança

*[Handwritten signatures and initials]*

Automotiva S.A. (a “Sascar”), conforme custo de aquisição registrado no balanço contábil da Emissora.

III.7. Banco Mandatário e Escriturador. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáusa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64 (o “Banco Mandatário” e a “Instituição Depositária”, respectivamente, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item).

III.8. Destinação dos Recursos. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à quitação parcial do empréstimo oriundo do contrato n.º 101109100000600, no valor de R\$26.700.000,00 (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), com data de vencimento no dia 21 de dezembro de 2009, concedido pelo Coordenador à Emissora para financiar parcela do preço de aquisição de 38.548.802 (trinta e oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, oitocentas e duas) ações ordinárias de emissão da Sascar, conforme prevê o “Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” assinado pela Emissora em 30 de setembro de 2009.

#### CLÁUSULA IV. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

IV.1. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 28 de dezembro de 2009 (a “Data de Emissão”).

IV.2. Conversibilidade, Tipo e Forma. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

IV.3. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.

IV.4. Garantia Real. O pagamento das Debêntures será garantido (i) pela alienação fiduciária de 9.448.240 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta) ações de emissão da Sascar detidas pela Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia”, celebrado entre

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller ones, some with numbers like '8' and '9'.



a Emissora, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário e a Sascar, em 17 de dezembro de 2009 (o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), instrumento cuja minuta consta do Anexo I à presente Escritura; e (ii) pela cessão de determinados direitos creditórios pertencentes à GRV Solutions, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta", celebrado entre a GRV Solutions e os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em 17 de dezembro de 2009 (a "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), instrumento cuja minuta consta do Anexo II à presente Escritura.

IV.4.1. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverão ser registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos das sedes das respectivas partes nos prazos respectivamente previstos por cada contrato. A Alienação Fiduciária de Ações também deverá ser registrada no livro de registro de ações nominativas da Sascar. Os documentos comprobatórios correspondentes a cada uma das averbações e registros aqui estipulados deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do respectivo registro ou averbação, conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

IV.5. Garantia Adicional Fidejussória. Além da garantia prevista na CLÁUSULA IV.4 acima, as Debêntures serão garantidas também pelas garantias fidejussórias abaixo descritas.

IV.5.1. A GRV Solutions neste ato obriga-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário (vide definição na CLÁUSULA IV.8), a Remuneração (de acordo com a definição da CLÁUSULA IV.11) e os Encargos Moratórios (conforme definido na CLÁUSULA IV.15 abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura (o "Valor Garantido").

IV.5.2. Os Garantidores Fidejussórios neste ato obrigam-se, de forma conjunta, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como

*[Handwritten signatures and initials]*

fiadores, principais pagadores e responsáveis pelo pagamento do equivalente a 100% (cem por cento) do Valor Garantido (as garantias previstas nos itens IV.5.1 e IV.5.2 em conjunto denominadas "Fiança"). Nos termos do art. 830 do Código Civil, cada Garantidor Fidejussório ficará responsável, perante os Debenturistas, pela parcela do Valor Garantido correspondente à seguinte proporção:

Garantidor Fidejussório	Proporção do Valor Garantido
João Carlos Ribeiro	50%
Homero Frederico Icaza Figner	24,50%
Carlos Augusto Saade Montenegro	6,375%
Denise Maria Saade Montenegro	6,375%
Luiz Paulo Saade Montenegro	6,375%
Solange Maria Saade Montenegro	6,375%
<b>Total</b>	<b>100.00%</b>

IV.5.3. A GRV Solutions e os Garantidores Fidejussórios obrigam-se a pagar o Valor Garantido, nos termos das cláusulas acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à GRV Solutions e aos Garantidores Fidejussórios, informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pela GRV Solutions e pelos Garantidores Fidejussórios de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

IV.5.4. A GRV Solutions e os Garantidores Fidejussórios expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e alterações posteriores (o "Código de Processo Civil").

IV.5.5. A GRV Solutions e os Garantidores Fidejussórios sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado, entretanto, que a GRV Solutions e os Garantidores Fidejussórios desde já concordam e se obrigam a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pela GRV Solutions e pelos Garantidores Fidejussórios nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 10.

IV.5.6. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

IV.5.7. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

IV.6. Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 200 (duzentas) Debêntures.

IV.7. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos, a contar da Data de Emissão, vencendo em 28 de dezembro de 2013 (a "Data de Vencimento").

IV.8. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

IV.9. Pagamento do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas semestrais e sucessivas, cada uma correspondendo a um percentual de 12,5000% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do Valor Nominal Unitário, devendo o primeiro pagamento ser feito em 28 de junho de 2010, e o último na Data de Vencimento.

IV.10. Atualização. O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

IV.11. Remuneração. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração (a "Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), capitalizada de um spread ou sobretaxa de 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido abaixo), a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula estabelecida a seguir.

IV.11.1. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou do

último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

IV.11.2. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

- FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

- n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- $TDI_k$  Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller ones, with the number 12 written near the center.

- $k$  1, 2, ...,  $n$ ;
- $DI_k$  Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- spread* *spread* ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
- DP É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive.

Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

IV.11.3. Observado o disposto na CLÁUSULA IV.11.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI<sub>k</sub>", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora ou da Garantidora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

IV.11.4. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo previsto no início desta cláusula, convocar AGD para deliberar, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de "TDI<sub>k</sub>", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta na AGD, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

IV.11.5. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nas cláusulas acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na CLÁUSULA IV.11.4 acima.

M  
14  
Z P ml  
S  
F  
Z  
F  
P

IV.12. Pagamento da Remuneração. O pagamento da Remuneração será realizado de forma semestral e sucessiva, sendo o primeiro pagamento em 28 de junho de 2010 e o último na Data de Vencimento.

IV.13. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.

IV.14. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação assumida nesta Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

IV.15. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (os “Encargos Moratórios”).

IV.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na cláusula acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

IV.17. Preço de Subscrição. As Debêntures serão subscritas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pela Remuneração, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (o “Preço de Subscrição”).

15  
m  
x  
R  
mul  
p  
x  
v  
q

IV.18. Forma de Subscrição e Integralização. A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, por meio do SDT ("Data de Integralização").

IV.19. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

IV.20. Publicidade. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no DOESP e no jornal "Diário de São Paulo", edição nacional, ou quaisquer outros órgãos de imprensa nos quais a Emissora passe a efetuar suas publicações, nos termos da lei aplicável, além de sua página na rede internacional de computadores – internet ([www.grvsolutions.com.br](http://www.grvsolutions.com.br)).

IV.21. Comprovação de Titularidade das Debêntures. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

IV.22. Imunidade de Debenturistas. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

#### CLÁUSULA V. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

V.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da CLÁUSULA IV.20 desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso deverá estar descrito no aviso aos Debenturistas a ser publicado divulgando a



Oferta de Resgate Antecipado e seus termos, o procedimento para resgate parcial; (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

- (ii) após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, ao final do qual a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate, total ou parcial, serão liquidadas em uma única data;
- (iii) a Emissora, poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da CLÁUSULA IV.11 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) as Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

V.1.1. Caso aconteça o resgate parcial citado no item (i) acima, o mesmo deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, válido para o resgate total e/ou parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

## CLÁUSULA VI. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

VI.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

VI.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da cláusula anterior, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VII. VENCIMENTO ANTECIPADO

VII.1. O Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, observado o disposto na CLÁUSULA VII.2 abaixo, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores, de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou na Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (em conjunto denominados os "Documentos da Emissão");
- (ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, estabelecida em qualquer dos Documentos da Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação do referido descumprimento:
  - (i) pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores ao Agente Fiduciário, ou
  - (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora e/ou aos Intervenientes Garantidores, o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (iii) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora e/ou da GRV Solutions, direta ou indiretamente, de forma que

seus atuais controladores: (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, bem como incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora e/ou da GRV Solutions, exceto se houver prévia anuência dos Debenturistas ou se a reorganização societária, independentemente de resultar em alteração do controle acionário, seja decorrente de oferta pública de ações da Emissora e/ou da GRV Solutions;

- (iv) protestos de título(s) contra a Emissora e/ou contra os Intervinentes Garantidores com valor que individualmente ou agregados sejam superiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovados e revogados em até 15 (quinze) dias contados do efetivo protesto;
- (v) mediante (a) decretação de falência da Emissora e/ou da GRV Solutions; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pela GRV Solutions; (c) pedido de falência da Emissora e/ou da GRV Solutions formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou pela GRV Solutions, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou da GRV Solutions;
- (vi) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (*cross-default*);
- (vii) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (viii) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

- (ix) alteração do objeto social da Emissora, sem prévia anuência dos Debenturistas;
- (x) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures;
- (xiii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (xiv) caso as garantias estabelecidas nesta Escritura se tornem insuficientes para assegurar o pagamento das Debêntures e, no prazo de até 20 (vinte) dias, não sejam reforçadas ou substituídas em conformidade com os documentos de constituição das garantias previstas na CLÁUSULA IV.4 acima;
- (xv) ocorrência de um Efeito Adverso Relevante, conforme definido na CLÁUSULA XI.1.1 desta Escritura;
- (xvi) descumprimento pela Emissora das obrigações assumidas nas Cláusulas 1.2 e 1.3 do instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, no prazo e pela forma previstos no referido instrumento;
- (xvii) falha da Emissora em preservar os seguintes índices financeiros (os "Índices Financeiros"):

Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 1,5 vezes; e

Distribuição de dividendos pela Emissora menor ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro anual.

Entendendo-se por "Dívida Líquida" o resultado da seguinte fórmula: empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo prazo subtraído das disponibilidades de caixa e aplicações financeiras.

Por "EBITDA" entenda-se o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros.

Fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes contratados pela Emissora, tendo por base as demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados do grupo da Emissora, incluindo suas controladas, controladoras e a GRV Solutions, auditados ou revisados por tais profissionais, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da apuração dos Índices Financeiros. Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada trimestre, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e de declaração assinada por dois diretores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

VII.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iv), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii) da cláusula anterior acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nos subitens (ii), (iii), (ix), (xiv), (xv), (xvi), (xvii) da cláusula acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral dos Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral dos Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias

corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

VII.2.1. Na Assembleia mencionada no item anterior, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na CLÁUSULA X desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

VII.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item anterior por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

VII.2.3. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora e os Intervenientes Garantidores obrigam-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso da CLÁUSULA VII.1 acima, alínea (i), dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

## CLÁUSULA VIII. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

VIII.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas em rol não exaustivo:

- (i) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação prevista nos Documentos da Emissão, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;

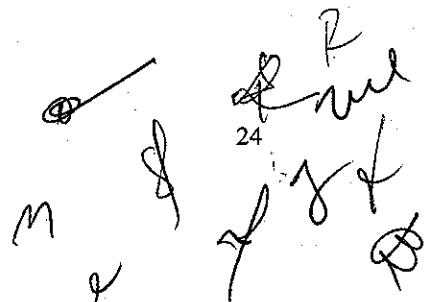
- (ii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização, ou até o pagamento integral das Debêntures, o que ocorrer primeiro;
- (iii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (iv) contratar, com a concordância do Coordenador, e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas na Escritura, incluindo o Banco Mandatário, Banco Escriturador, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (v) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (vi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (ix) manter uma estrutura de contratos necessária para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições de operação e funcionamento;
- (x) providenciar, perante o Banco Mandatário, a formalização do registro das Debêntures em nome dos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após a subscrição e integralização das Debêntures;

- (xi) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (xii) manter válidas todas as aprovações e requerimentos, societários, governamentais ou regulamentares, materiais e necessários à sua operação;
- (xiii) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xiv) informar e enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo previsto na Instrução n.º 28 da CVM, de 23 de novembro de 1983, todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório citado no subitem (xvi) da CLÁUSULA IX.4 desta Escritura, que eventualmente venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário.

VIII.2. Sem prejuízo da demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, a Emissora e os Intervenientes Garantidores assumem as obrigações, a seguir mencionadas em rol não exaustivo, ressalvado que as alíneas (v), (vi), (vii), (viii) e (xii) não se aplicam aos Garantidores Fidejussórios:

- (i) fornecer ao Coordenador e ao Agente Fiduciário, conforme aplicável, em tempo hábil, todas as informações razoáveis, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Emissão e da Oferta. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador, visando decidir, a critério fundamentado e de boa-fé deste, sobre a continuidade da Oferta. A Emissora será responsável pela suficiência e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a Emissora e os Intervenientes Garantidores a indenizar os Debenturistas e o Coordenador por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inveracidades ou omissões relativas a tais informações;
- (ii) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;

24





- (xii) encaminhar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na CLÁUSULA VII acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da sua ciência;
- (xiii) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida, relacionada a um evento de inadimplemento das obrigações assumidas nesta Escritura, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento;
- (xiv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura;
- (xv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura dos Documentos da Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações ali previstas;

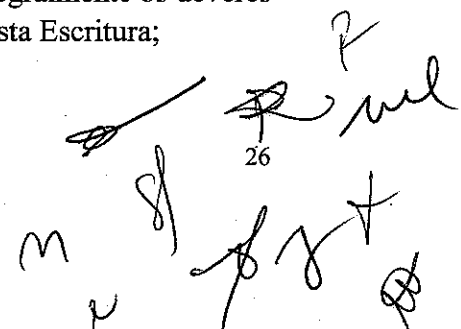
#### CLÁUSULA IX. AGENTE FIDUCIÁRIO

IX.1. Nomeação. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. DTVM, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

IX.2. Declaração. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

26



- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) ser uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (xiii) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na CLÁUSULA III.6 acima; e

27

*[Handwritten signatures and initials]*

- (xiv) verificou a regularidade da constituição das garantias previstas nesta Escritura e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

IX.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência do Agente Fiduciário, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral dos Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na CLÁUSULA IX.3.5 abaixo.

IX.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

IX.3.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

IX.3.3. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP e averbado no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, e, da comarca da sede do Agente Fiduciário substituto, caso o Agente Fiduciário substituto esteja localizado em outra comarca.

IX.3.4. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

28

IX.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com o agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

IX.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

IX.4. Deveres. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar a observância, pela Companhia, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- (vi) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e

irregularidades porventura existentes: neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (x) verificar a regularidade da constituição das garantias previstas na Escritura, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, e observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) intimar a Emissora a substituir a garantia, na hipótese prevista na CLÁUSULA VII.1 acima, alínea (xiii);
- (xii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e da GRV Solutions;
- (xiii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora e/ou na GRV Solutions, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (xiv) convocar, quando necessário, Assembleia Geral dos Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na CLÁUSULA IV.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (xv) comparecer às Assembleias Gerais dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xvi) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(xvi.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pelos Intervenientes Garantidores;

(xvi.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(xvi.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora e da GRV Solutions enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora e da GRV Solutions;

(xvi.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(xvi.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(xvi.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(xvi.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da CLÁUSULA VII acima;

(xvi.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias previstas na Escritura; e

(xvi.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(xvii) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xvi) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(xvii.1) na sede da Emissora;

31  
m  
v  
f  
z  
ml  
p

(xvii.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(xvii.3) na CVM;

(xvii.4) na CETIP; e

(xvii.5) no endereço do Agente Fiduciário.

(xviii) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na CLÁUSULA IV.20 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (p) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (q) acima;

(xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xx) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;

(xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

(xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(xxii.1) à CVM; e

(xxii.2) à CETIP;

(xxiii) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na CLÁUSULA VII acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos; e

(xxiv) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

IX.5. Atribuições Específicas. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora e/ou da GRV Solutions, se assim aplicável;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores.

IX.5.1. Observado o disposto na CLÁUSULA X abaixo, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) da CLÁUSULA IX.5, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) da CLÁUSULA IX.5.



IX.6. Remuneração do Agente Fiduciário. Anualmente, será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma parcela no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.

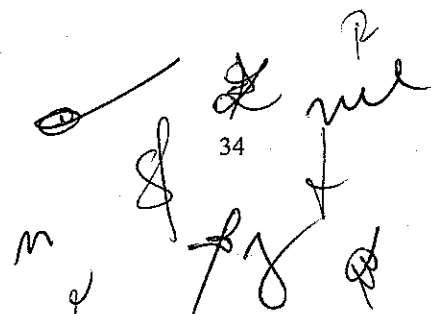
IX.6.1. Em caso de não pagamento, pela Emissora, da parcela anual acima prevista, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividade, pagas 10 (dez) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

IX.6.2. A remuneração não inclui as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

IX.6.3. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); (ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); (iii) Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS); (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (v) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

IX.6.4. A remuneração disposta no item IX.6, acrescida do eventual encargo moratório previsto no item IX.6.1 acima, será atualizada anualmente pelo IGP-M ou, na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

34



IX.6.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

IX.6.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

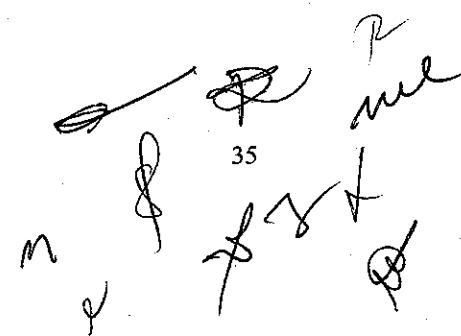
IX.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item anterior, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

IX.6.8. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da CLÁUSULA IV.15 desta Escritura.

## CLÁUSULA X. ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

X.1. À Assembleia Geral dos Debenturistas (a “AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

35



X.2. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

X.2.1. A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

X.2.2. A AGD deverá ser realizada em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

X.3. Quorum de Instalação. A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

X.4. Mesa Diretora. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

X.5. Quorum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na cláusula a seguir, todas as deliberações tomadas em AGD deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

X.5.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a cláusula anterior: (i) os quoruns diferentes e expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), (a) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura; (b) das disposições estabelecidas nesta cláusula; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na CLÁUSULA VII.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) das disposições relativas ao prazo mínimo do resgate antecipado facultativo; (h) de

qualquer evento previsto na CLÁUSULA VI; ou (i) das garantias previstas na Escritura.

X.5.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

X.6. Debêntures em Circulação. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

#### CLÁUSULA XI. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

XI.1. A Emissora e os Intervenientes Garantidores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, cada qual individualmente e em relação a si próprio, ressalvado que as alíneas (i), (xii), (xiv), (xv), (xvi), (xx) e (xxi) não se aplicam aos Garantidores Fidejussórios, que:

- (i) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedades anônimas de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar os Documentos da Emissão e a cumprir com suas respectivas obrigações, e obtiveram todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovações societárias, à Emissão, à Oferta e às garantias aqui constituídas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) as pessoas que as representam na assinatura dos Documentos da Emissão têm poderes bastantes para tanto;

- (iv) os Documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (v) a celebração dos Documentos da Emissão e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (vi) a celebração dos Documentos da Emissão, a Emissão, a Oferta e as garantias aqui estipuladas (i) não infringem (1) seu estatuto social, quando aplicável; (2) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais sejam parte; (3) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e (ii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (2) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (3) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores;
- (vii) suas obrigações, nos termos dos Documentos da Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (viii) suas operações e propriedades cumprem com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental, nos termos de qualquer lei ambiental, que possa razoavelmente ter um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- (ix) pagaram todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias (i) cujo não pagamento não acarretaria um Efeito Adverso Relevante ou (ii) que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais, conforme o caso, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) cumprem todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança,

- (xv) mantêm um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter contabilidade de seus ativos; (iii) o acesso a seus ativos seja permitido apenas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração; e (iv) os ativos registrados em sua contabilidade sejam comparados com os ativos existentes em intervalos razoáveis de tempo e as medidas apropriadas sejam tomadas em relação a quaisquer diferenças; exceto onde a não manutenção de um sistema de controle interno de contabilidade não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (xvi) possuem e detêm o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-las a continuar conduzindo seus negócios da forma como são atualmente conduzidos, exceto onde a falta deste título não possa razoavelmente resultar em um Efeito Adverso Relevante;
- (xvii) na data de liquidação das Debêntures e, imediatamente após, a Emissora, após ter efetuado a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (xviii) não omitiram do Coordenador nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em Efeito Adverso Relevante;
- (xix) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas pela Emissora e pelos Intervenientes Garantidores ao Coordenador anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas, verdadeiras, consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (xx) a Emissora e os Intervenientes Garantidores ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público; e
- (xxi) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e aos Intervenientes Garantidores, que constam dos Documentos da Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes.

XI.1.1. Para fins desta cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou sobre os Intervenientes Garantidores, consideradas em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores, consideradas em conjunto, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, da Emissão e/ou da Oferta.

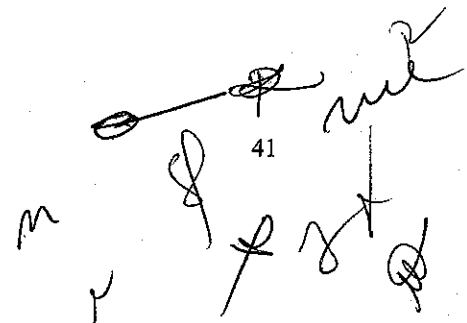
## CLÁUSULA XII. DISPOSIÇÕES GERAIS

XII.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

### **Para a Emissora:**

GRV Monitor Participações S.A.  
Av. Dr. Dib Sauaia Neto, 227  
Alphaville  
Santana do Parnaíba, SP  
CEP: 06541-010  
At.: Roberto Dagnoni  
Tel.: (11) 4152-9300  
Fax: (11) 4152-9347

41



E-mail: [roberto@grvsolutions.com.br](mailto:roberto@grvsolutions.com.br)

**Para os Intervenientes Garantidores:**

*GRV Solutions S.A.*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

At.: Roberto Dagnoni

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

E-mail: [roberto@grvsolutions.com.br](mailto:roberto@grvsolutions.com.br)

*João Carlos Ribeiro*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

*Homero Frederico Icaza Figner*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

*Carlos Augusto Saade Montenegro*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

*Denise Maria Saade Montenegro*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

42

*[Handwritten signatures and initials]*



Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

*Luiz Paulo Saade Montenegro*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

*Solange Maria Saade Montenegro*

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227

Alphaville

Santana do Parnaíba, SP

CEP: 06541-010

Tel.: (11) 4152-9300

Fax: (11) 4152-9347

**Para o Agente Fiduciário:**

*Pentágono S.A. DTVM*

Av. das Américas, n.º 4200

Sala 514, Bloco 04

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22640-102

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [marcelo@pentagonotruster.com.br](mailto:marcelo@pentagonotruster.com.br) e [truster@pentagonotruster.com.br](mailto:truster@pentagonotruster.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

*Banco Itaú S.A.*

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100

São Paulo, SP

CEP: 04344-902

At.: José Nilson Cordeiro

Tel.: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: [jose-nilson.cordeiro@itau.com.br](mailto:jose-nilson.cordeiro@itau.com.br)

43

*[Handwritten signatures and initials]*

seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

XII.5. Sucessão. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

XII.6. Aditamentos. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser inscritos na JUCESP e averbados no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

XII.7. Independência. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

XII.8. Veracidade das Informações. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

XII.9. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

XII.10. Foro. Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

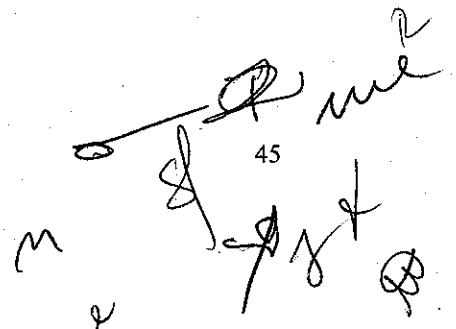
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009.

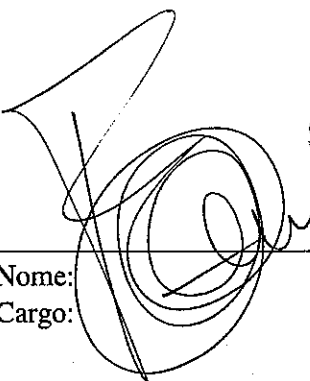
(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

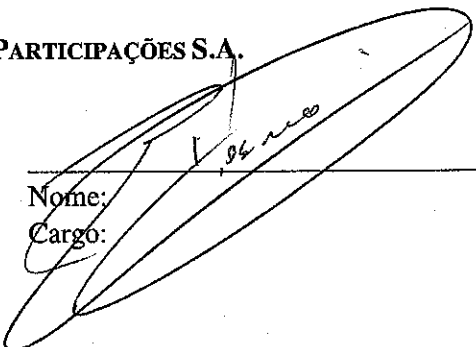
45



Página de assinaturas 1 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.

  
Nome:  
Cargo:

**GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome:  
Cargo:

m

9

*Página de assinaturas 2 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.*

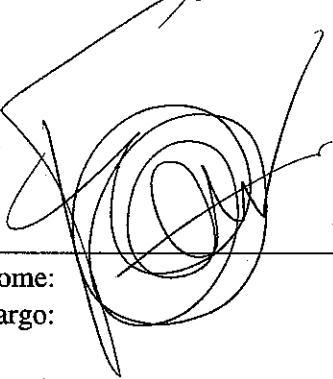
**PENTÁGONO S.A. DTVM**

Mariza Lago Zanoti

Nome:

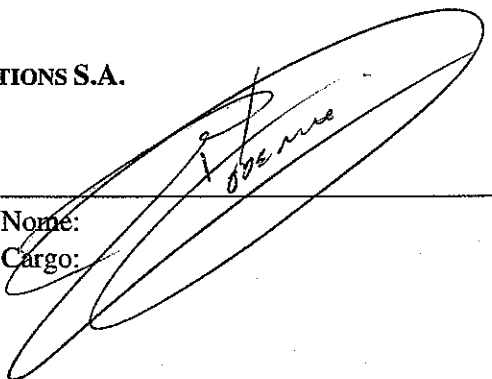
Cargo: PROCURADORA.

Página de assinaturas 3 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.



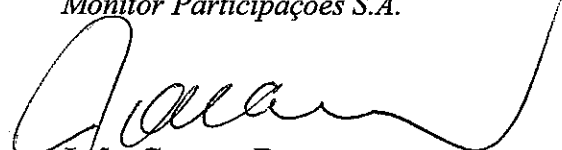
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

**GRV SOLUTIONS S.A.**



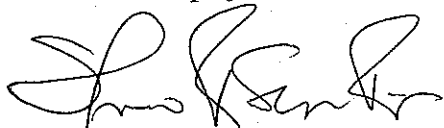
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

*Página de assinaturas 4 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.*

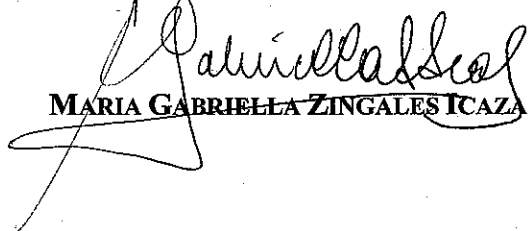


**JOÃO CARLOS RIBEIRO**

Página de assinaturas 5 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.

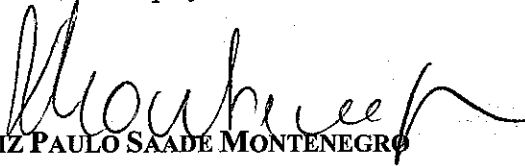


**HOMERO FREDERICO ICAZA FIGNER**



**MARIA GABRIELLA ZINGALES ICAZA**

Página de assinaturas 8 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.

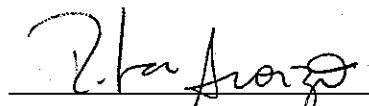
  
LUIZ PAULO SAADE MONTENEGRO



Página de assinaturas 10 de 10 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.

Testemunhas:

  
Nome: *Maria Celina Missias da Cruz*  
RG. 18.373.229-7  
Cargo: CPF. 053.709.608-60

  
Nome: **Rita Scorzo**  
RG. 19.144.022-X  
Cargo: **CPF. 104.407.778-80**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

São partes neste Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações e Outras Avenças (o "Contrato"):

I. Como parte garantidora:

**GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, n.º 418, 11º andar, sala 12G, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 10.781.749/0001-77, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (a "Alienante Fiduciante"); e

II. Como parte garantida:

A comunhão dos titulares da série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, objeto da 1ª emissão de debêntures da Alienante Fiduciante (os "Debenturistas"), neste ato devidamente representada por seu agente fiduciário, a **PENTÁGONO S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu estatuto social (o "Agente Fiduciário"); e ainda

III. Como interveniente-anuente:

**SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São José dos Pinhais, Estado de São Paulo, na Rua Tenente Djalma Dutra, n.º 800, Sobreloja, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 03.112.879/0001-51, aqui representada em conformidade com o disposto em seu estatuto social (a "Sascar");

*[Handwritten signatures and initials]*

CONSIDERANDO QUE:

- (A) em 17 de dezembro de 2009, a Alienante Fiduciante firmou o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A." (a "Escritura de Emissão"), para emissão, em 28 de dezembro de 2009, de 200 (duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), perfazendo o montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (as "Debêntures"), visando a distribuição pública destinada a investidores qualificados, nos termos da Instrução n.º 476 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 16 de janeiro de 2009;
- (B) os recursos decorrentes da emissão e oferta das Debêntures serão destinados a quitação parcial do empréstimo oriundo do contrato n.º101109100000600, no valor de R\$26.700.000,00 (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), com prazo de vencimento no dia 21 de dezembro de 2009, concedido pelo Banco Itaú BBA S.A. à Emissora para financiar a parcela do preço de aquisição de 38.548.802 (trinta e oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, oitocentas e duas) ações ordinárias de emissão da Sascar, conforme prevê o "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" (o "Contrato de Compra e Venda de Ações da Sascar") assinado pela Emissora, como compradora, e pela Oelo Locadora de Equipamentos Eletrônicos S.A. (a "Oelo"), como vendedora, em 30 de setembro de 2009.
- (C) a Alienante Fiduciante é atualmente a legítima titular e proprietária de 38.548.802 (trinta e oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, oitocentas e duas) ações ordinárias de emissão da Sascar, representativas de 60% (sessenta por cento) do capital social total e votante da Sascar;
- (D) que, em garantia das obrigações assumidas em decorrência da emissão das Debêntures, a Alienante Fiduciante obrigou-se, na Escritura de Emissão, a alienar fiduciariamente parte das ações que detém no capital social da Sascar;

resolvem as partes celebrar este Contrato, de acordo com os seguintes termos e condições:

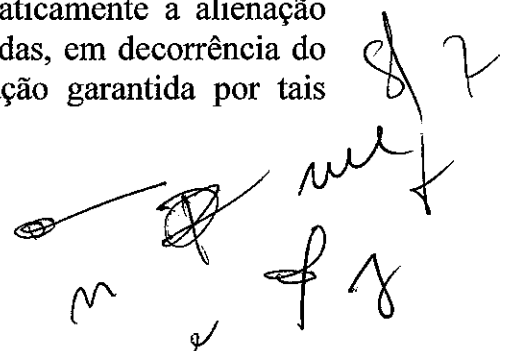
1. CONSTITUIÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA E RECOMPOSIÇÃO DA GARANTIA

- 1.1 Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Alienante Fiduciante perante os Debenturistas, por força da Escritura de Emissão e seus eventuais

*Handwritten signatures and initials:*  
Z me  
f  
f  
N  
g

aditamentos e prorrogações, incluindo, mas não se limitando a, o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, referentes ao Valor Nominal Unitário, Remuneração e Encargos Moratórios (conforme definições atribuídas na Escritura de Emissão), bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão (as "Obrigações Garantidas"), a Alienante Fiduciante, por este Contrato e na melhor forma de direito, aliena fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 40 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações"), do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada pelo artigo 55 da Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004 ("Lei n.º 4.728/65"), e do Decreto-Lei n.º 911, de 1 de outubro de 1969, conforme alterado ("Decreto-Lei n.º 911"): (i) 9.448.240 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta) ações ordinárias que detém de emissão da Sascar, representativas de aproximadamente 14,71% (quatorze vírgula setenta e um por cento) do capital social total e votante da Sascar (as "Ações"); (ii) quaisquer ações emitidas em substituição às Ações, incluindo em decorrência de desdobramentos, grupamentos, bonificações ou ações emitidas por sucessoras da Sascar; e (iii) todos os direitos relativos aos incisos anteriores, incluindo o direito ao recebimento de (a) dividendos em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma; (b) juros sobre o capital próprio em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma; e (c) outras distribuições em dinheiro, capital social ou qualquer outra forma, pagas aos acionistas nos termos do artigo 201 da Lei das Sociedades por Ações (as alíneas (a), (b) e (c) em conjunto "Dividendos").

- 1.2 As ações decorrentes de bonificações, de qualquer espécie, que venham a ser atribuídas às Ações passarão a integrar a alienação fiduciária objeto deste Contrato. Nos casos de aumento de capital da Sascar, mediante subscrição e integralização em dinheiro ou em bens, a Alienante Fiduciante obriga-se desde já a exercer o direito de subscrição correspondente às Ações, passando as novas ações daí decorrentes a integrar automaticamente a alienação fiduciária objeto deste Contrato.
- 1.3 Todas e quaisquer outras ações ordinárias de emissão da Sascar atualmente detidas pela Emissora que estejam atualmente gravadas, oneradas ou caucionadas em favor de terceiros integrarão automaticamente a alienação fiduciária objeto deste Contrato tão logo sejam liberadas, em decorrência do integral pagamento e quitação da respectiva obrigação garantida por tais ações ou por qualquer outro motivo.

Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and 'Z' and other illegible marks.

1.9 Inexistindo qualquer evento de inadimplemento a este Contrato ou à Escritura de Emissão, os valores da Conta Vinculada deverão ser transferidos pelo Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) dias para a conta do Banco Itaú S.A., sob o n.º 11.588-8, agência n. 0912, de livre movimentação da Alienante Fiduciante.

1.10 Para os fins dos incisos I, II e III do artigo 1.362 do Código Civil e do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, as principais características das Obrigações Garantidas são as seguintes:

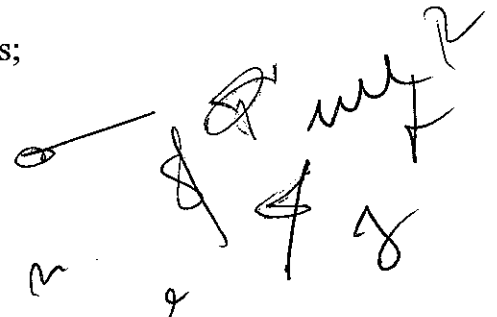
- I. valor total: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (o “Principal”);
- II. vencimento: 4 (quatro) anos a contar da data de emissão das Debêntures, vencendo em 28 de dezembro de 2013 (a “Data de Vencimento”);
- III. remuneração: acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, capitalizada de um spread ou sobretaxa de 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou o respectivo saldo após eventuais amortizações, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido na Escritura de Emissão).

## 2. EXERCÍCIO DOS DIREITOS INERENTES ÀS AÇÕES ALIENADAS FIDUCIARIAMENTE

2.1 A Alienante Fiduciante poderá exercer ou deixar de exercer todos e quaisquer direitos de voto, previstos em lei e no estatuto social da Sascar, bem como outros direitos relativos às Ações, exceto na ocorrência e continuidade de um evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula VII da Escritura de Emissão (um “Evento de Inadimplemento”), caso em que se aplicará o disposto na Cláusula 2.2 abaixo.

2.2 Se ocorrer um Evento de Inadimplemento, o exercício, pela Alienante Fiduciante, do direito de voto referente às Ações quanto às seguintes matérias estará sujeito à autorização prévia e por escrito do Agente Fiduciário, nos termos do artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações:

- I. extinção, liquidação, dissolução, pedido de autofalência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Sascar;
- II. qualquer alteração nas características das Ações;

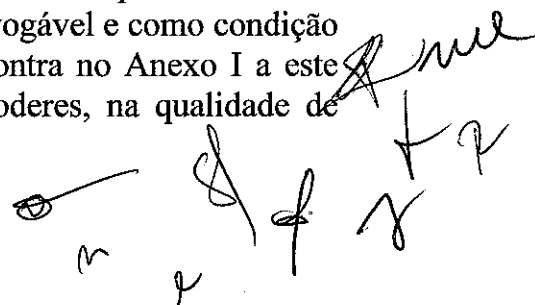
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. M. F.' followed by a large 'R' and some other marks.

- III. fusão, incorporação, desdobramento, transformação em outro tipo societário, ou qualquer outra operação similar envolvendo a Sascar;
- IV. criação ou emissão de qualquer título ou valor mobiliário pela Sascar;
- V. qualquer hipótese na qual os acionistas da Sascar tenham direito de recesso/retirada; ou
- VI. distribuição de Dividendos.

- 2.3 Para os fins da Cláusula 2.2 acima, (i) a Alienante Fiduciante obriga-se a, no prazo máximo de 2/5 (dois quintos) do prazo de convocação do respectivo evento societário previsto na Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Sascar contado da data de convocação de tal evento societário, enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário, informando-o de tal convocação e solicitando seu consentimento formal para votar no evento; e (ii) o Agente Fiduciário deve envidar seus melhores esforços para responder por escrito à Alienante Fiduciante após o recebimento da comunicação escrita da Alienante Fiduciante; observado, entretanto, que a falta de manifestação por escrito do Agente Fiduciário anteriormente a qualquer desses eventos societários implicará a proibição da Alienante Fiduciante de exercer o seu direito de voto em questão com relação às Ações.
- 2.4 Em decorrência do disposto na Cláusula 2.3 acima a Alienante Fiduciante obriga-se a comparecer aos eventos societários da Sascar (*i.e.*, reuniões prévias, reuniões de conselho de administração e assembleias gerais, conforme aplicável) e a exercer ou não seu direito de voto com relação às Ações de acordo com o disposto na Cláusula 2.3 acima.

### 3. EXCUSSÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 3.1 Ocorrendo o vencimento (antecipado ou não) das Obrigações Garantidas sem a efetiva quitação dos montantes devidos, o Agente Fiduciário, agindo na condição de representante dos Debenturistas, poderá promover pelo preço e nas condições que entender apropriado, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer avaliação ou de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, o recebimento, retenção, venda, cessão ou transferência, no todo ou em parte, das Ações, utilizando o produto assim obtido na amortização ou, se possível, liquidação das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a venda, cessão ou transferência das Ações. O Agente Fiduciário e as pessoas que eventualmente vierem a ser contratadas pela Alienante Fiduciante para tanto ficam, desde já, em caráter irrevogável e como condição deste Contrato, por meio da procuração que se encontra no Anexo I a este Contrato, autorizados e constituídos de todos os poderes, na qualidade de

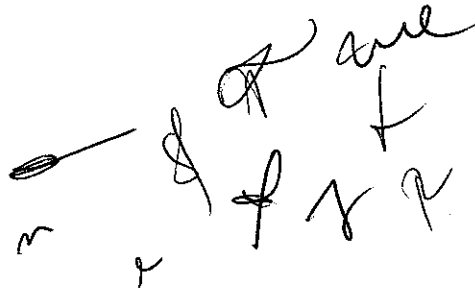


mandatários da Alienante Fiduciante, a firmar quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para os fins desta Cláusula 3, incluindo ajustar preços, condições de pagamento, prazos, receber valores, transigir, dar recibos e quitação, bem como os previstos no artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, no Decreto-Lei n.º 911 e, ainda, a efetuar a transferência da propriedade das Ações junto à Sascar, que deverá efetuar a averbação respectiva nos seus livros próprio de "Registro de Ações Nominativas" e "Transferência de Ações Nominativas".

- 3.2 Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão da Cláusula 3.1 acima, inclusive a título de Dividendos pagos, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, liquidação, das Obrigações Garantidas.
- 3.3 Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão desta Cláusula 3.1 acima não sejam suficientes para satisfazer e liquidar integralmente as Obrigações Garantidas, a Alienante Fiduciante permanecerá responsável pelo saldo remanescente das Obrigações Garantidas, que deverá ser pago nas 24 (vinte e quatro) horas subseqüentes à data em que lhe for, por escrito, dada ciência do montante do saldo devedor. Havendo saldo credor, será ele colocado à disposição da Alienante Fiduciante pelo Agente Fiduciário também no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da data de apuração dos recursos obtidos por meio da excussão da garantia objeto deste Contrato.
- 3.4 A Alienante Fiduciante desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 3, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias, se houver, à excussão das Ações.

#### 4. DECLARAÇÕES DA ALIENANTE FIDUCIANTE

- 4.1 A Alienante Fiduciante neste ato e na melhor forma de direito declara que a alienação fiduciária das Ações em garantia em favor dos Debenturistas é condição determinante para a emissão das Debêntures. Neste sentido, obriga-se a Alienante Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, sob pena do imediato vencimento antecipado das Obrigações Garantidas e da imediata execução da garantia de alienação fiduciária objeto deste Contrato, a critério do Agente Fiduciário:



- I. entregar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da data de assinatura deste Contrato, ~~cu de seus eventuais aditamentos~~, uma cópia autenticada do Livro de Registro de Ações Nominativas da Alienante Fiduciante, constando averbação sobre as Ações e a garantia objeto deste Contrato nos seguintes termos: *"9.448.240 (nove milhões, quatrocentas e quarenta e oito mil, duzentas e quarenta) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, de emissão da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A., representativas de 14,71% (quatorze vírgula setenta e um por cento) do capital social total e votante desta sociedade, estão alienadas fiduciariamente à Comunhão de Titulares das Debêntures objeto da Primeira Emissão Pública de Debêntures da GRV Monitor Participações S.A., representada por Pentágono S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 04, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38"*;
- II. no prazo máximo de 20 dias contados da data de assinatura deste Contrato ou de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, registrar, às expensas da Alienante Fiduciante, este Contrato e seus eventuais aditamentos no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca de São Paulo e da sede da Alienante Fiduciante;
- III. no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do registro acima previsto, apresentar ao Agente Fiduciário comprovação da devida averbação em forma definitiva, entregando-lhe uma via original do presente Contrato e seus eventuais aditamentos;
- IV. tão-somente autorizar o levantamento das Ações e/ou de outras que venham a ser entregues em alienação fiduciária por força do presente Contrato ou de seus eventuais aditivos ou aditamentos, assim como a baixa da alienação fiduciária objeto deste Contrato, com expressa autorização prévia, por escrito, do Agente Fiduciário, sendo que qualquer ato contrário ao aqui disposto será considerado nulo de pleno direito;
- V. entregar diretamente ao Agente Fiduciário, durante a vigência da presente alienação fiduciária, todos os dividendos e bonificações, de qualquer espécie, incluindo ações distribuídas por bonificações, relativamente às Ações, passando então tais dividendos e ações a integrar automaticamente a alienação fiduciária objeto deste Contrato;
- VI. adotar todas as demais providências relativamente às Ações que lhe forem solicitadas pelo Agente Fiduciário.

*[Handwritten signatures and initials]*



- 4.2 Fica desde já estabelecido entre as partes que nenhuma responsabilidade poderá ser atribuída ao Agente Fiduciário pela ocorrência de prescrição de direitos decorrentes das Ações que estejam em seu poder, cabendo exclusivamente à Alienante Fiduciante a obrigação de praticar os atos necessários à interrupção da prescrição de tais direitos.

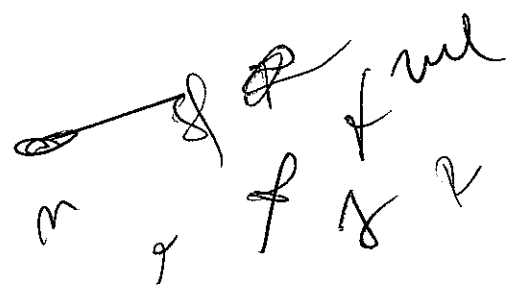
5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA ALIENANTE FIDUCIANTE

- 5.1 Além das demais obrigações previstas neste Contrato, na Escritura de Emissão ou em lei, a Alienante Fiduciante, sob pena do imediato vencimento antecipado das Obrigações Garantidas e da imediata execução da garantia de alienação fiduciária objeto deste Contrato à critério do Agente Fiduciário, obriga-se a:

- I. manter todas as autorizações necessárias à assinatura deste Contrato e da Escritura de Emissão e ao pagamento das Obrigações Garantidas, sempre válidas, eficazes e em pleno vigor;
- II. manter a alienação fiduciária objeto deste Contrato sempre existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, de acordo com os seus termos e com os termos da Escritura de Emissão; e
- III. defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a alienação fiduciária constituída nos termos deste Contrato, as Ações, este Contrato, a Escritura de Emissão e/ou o integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas, bem como informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso.

6. DESPESAS

- 6.1 Todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário nos termos deste Contrato, inclusive para a venda/negociação das Ações, para pagamento de taxas e comissões usuais, e eventuais despesas de remessas e de telecomunicações e/ou outras quaisquer, bem como aquelas necessárias à segurança e regularização de seu crédito e de suas garantias, inclusive as de registro deste Contrato e respectivo anexo nos cartórios competentes, serão de total, única e exclusiva responsabilidade da Alienante Fiduciante, que se obriga a ressarcir tudo quanto venha ou deva ser despendido em razão deste Contrato ou das Obrigações Garantidas, ainda que o Agente Fiduciário venha a agir em nome próprio.

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature and several initials or short signatures.

- 6.2 Qualquer custo ou despesa comprovado e razoavelmente incorrido pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da alienação fiduciária ora constituída, ao recebimento do produto da excussão das Ações e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Agente Fiduciário, previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas comprovados e razoavelmente incorridos, relacionados com tais processos, deverão ser reembolsados ao Agente Fiduciário imediatamente após a data de recebimento de notificação neste sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário.
- 6.3 Qualquer importância devida aos Debenturistas nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos na Escritura de Emissão e neste Contrato, vedada qualquer forma de compensação.

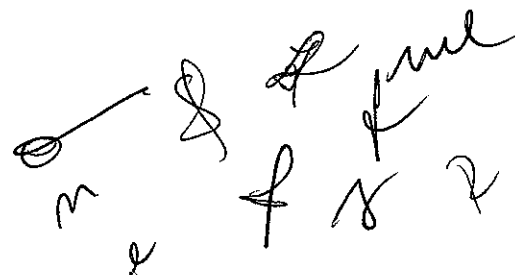
7. COMUNICAÇÕES

- 7.1 As comunicações a serem enviadas nos termos deste Contrato por qualquer das partes nos endereços abaixo serão consideradas recebidas quando entregues sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

I. Para a Alienante Fiduciante:

GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.  
Av. Dr. Dib Sauaia Neto, 227  
Alphaville  
Santana de Parnaíba, SP  
CEP 06541-010  
At.: Sr. Roberto Dagnoni  
Telefone: 11 4152 9300  
Fac-símile: 11 4152 9300  
Correio Eletrônico: roberto@grvsolutions.com.br

II. para os Debenturistas/Agente Fiduciário:



PENTÁGONO S.A. DTVM

Av. das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

22640-102 Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: (21) 3385-4572

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)  
[pentagono@pentagonotrustee.com.br](mailto:pentagono@pentagonotrustee.com.br)

III. para a Sascar:

SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

Tenente Djalma Dutra, 800, Sobreloja, Centro

83005-360 São José dos Pinhais - PR

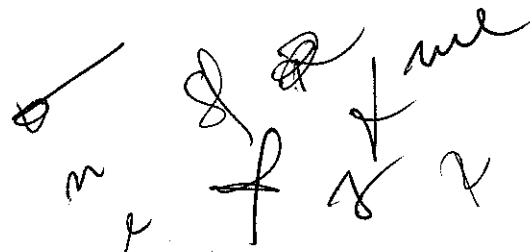
At.: Diretor Executivo

Telefone: (41) 3299-6000

Fac-símile: (41) 3299-6000

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 A propositura ou não, pelo Agente Fiduciário, de qualquer ação, medida, procedimento ou processo para exigir o cumprimento de parte ou da totalidade das obrigações decorrentes das Obrigações Garantidas e/ou executar a alienação fiduciária objeto deste Contrato, não afetará ou diminuirá o direito do Agente Fiduciário de propor qualquer ação ou processo contra a Alienante Fiduciante, para a cobrança de qualquer quantia devida em virtude das Obrigações Garantidas e/ou deste Contrato.
- 8.2 O Agente Fiduciário poderá executar, judicial ou extrajudicialmente este Contrato, bem como proceder à imediata venda das Ações, independentemente de avisos, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de descumprimento de toda e qualquer obrigação assumida pela Alienante Fiduciante, nas Obrigações Garantidas ou neste Contrato.
- 8.3 A prática, pelo Agente Fiduciário, de qualquer ato para a venda/negociação das Ações, bem como a execução das Obrigações Garantidas, não prejudicará nem reduzirá o seu direito de adotar quaisquer outros procedimentos, alternada ou simultaneamente, que visem à satisfação compulsória das obrigações assumidas pelo Agente Fiduciário neste Contrato e/ou nas Obrigações Garantidas.



- 8.12 Na execução de suas obrigações previstas neste Contrato, os Debenturistas terão todos os benefícios e proteções que lhe foram outorgados pela Escritura de Emissão, por este Contrato e pela legislação vigente.
- 8.13 Nos termos e para os fins da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme alterada, do Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e do Decreto n.º 5.586, de 19 de novembro de 2005, a Alienante Fiduciante, neste ato, entregam ao Agente Fiduciário (i) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social n.º 006392009-21200749, emitida em 10 de novembro de 2009, com validade até 9 de maio de 2010; e (ii) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União n.º 3CF5.1B17.C904.40CB, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 16 de dezembro de 2009, com validade até 14 de junho de 2010 e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores a qualquer título.
- 8.14 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Alienante Fiduciante ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Alienante Fiduciante, para se basear nas suas decisões.

9. FORO

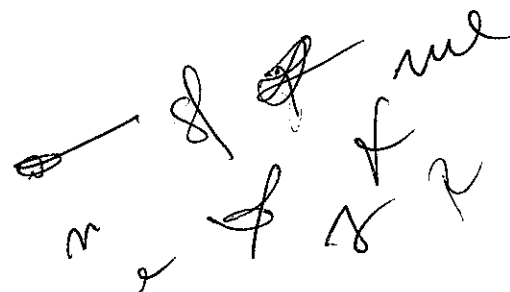
- 9.1 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para solucionar qualquer controvérsia oriunda deste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)

(Restante da página propositalmente deixado em branco)

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a signature 'me' and various initials like 'n', 'z', 'f', 'r', and '2'.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM  
GARANTIA – PÁGINA DE ASSINATURAS 1 DE 4

GRV MONITOR PARTICIPACOES S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

*m* *sl* *4* *14* *me* *82*

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM  
GARANTIA – PÁGINA DE ASSINATURAS 2 DE 4

PENTÁGONO S.A. DTVM

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

*[Handwritten signatures and initials]*  
15

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM  
GARANTIA – PÁGINA DE ASSINATURAS 3 DE 4

SASCAR TECNOLOGIA E SEGURANÇA AUTOMOTIVA S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

*[Handwritten signatures and initials]*

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM  
GARANTIA – PÁGINA DE ASSINATURAS 4 DE 4

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

*[Handwritten signatures and marks]*  
17



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA

ANEXO I

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE**

**GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, n.º 418, 11º andar, Vila Olímpia, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 10.781.749/0001-77, neste ato representado nos termos de seu estatuto social pelos Srs. [= ]; e

**OUTORGADO**

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 04, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos de seu estatuto social.

o Outorgante neste ato resolvem conferir ao Outorgado os poderes descritos abaixo.

**PODERES**

Por este instrumento particular de mandato, o Outorgante outorga ao Outorgado, de forma irrevogável e irretratável, na hipótese de ocorrer o vencimento (antecipado ou não) das Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia assinado em 17 de dezembro de 2009 entre o Outorgante e o Outorgado, na qualidade de representante da comunhão dos titulares da série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, objeto da 1ª emissão de debêntures do Outorgante), sem a efetiva quitação dos montantes devidos, conforme venha a ser informado pelo Outorgado, poderes para:

- I. promover, de boa-fé, e pelo preço e nas condições que o Outorgado entender apropriado, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer avaliação ou de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, o recebimento, retenção, venda, cessão ou transferência, no todo ou em parte, das 38.548.802 (trinta e oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, oitocentas e duas) ações ordinárias que detém de emissão da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A., representativas de 60% (sessenta por cento) do capital social total e votante de referida sociedade; utilizando o produto assim obtido na amortização ou, se possível, liquidação, das Obrigações Garantidas e de todos e quaisquer

Figure 1 displays a 4x4 grid of 16 small images, each showing a face with different combinations of hair color and glasses. The images are arranged in four rows and four columns. The first row shows faces with different hair colors (brown, blonde, black, grey) and no glasses. The second row shows faces with different hair colors and no glasses. The third row shows faces with different hair colors and no glasses. The fourth row shows faces with different hair colors and no glasses.

A collection of handwritten scribbles and a pen tip. The scribbles include a large 'm', a 'd', a 'z', a 't', a 'k', and a circled 'd'. A pen tip is visible at the top right.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS  
CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E ADMINISTRAÇÃO DE CONTA

que entre si fazem de um lado

GRV SOLUTIONS S.A.,  
*como Cedente,*

de outro lado

A COMUNHÃO DOS TITULARES DAS DEBÊNTURES OBJETO DA PRIMEIRA  
EMIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.,  
*como Cessionária, neste ato representada por Pentágono S.A. DTVM,*

BANCO ITAÚ BBA S.A.,  
*como Agente de Cobrança*

e ainda

GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A.  
*como Interveniente-Anuente*

Em 17 de dezembro de 2009



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS,  
VINCULAÇÃO DE RECEITA E ADMINISTRAÇÃO DE CONTA

Este Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta (o "Contrato"), datado de 17 de dezembro de 2009, é celebrado entre as seguintes partes:

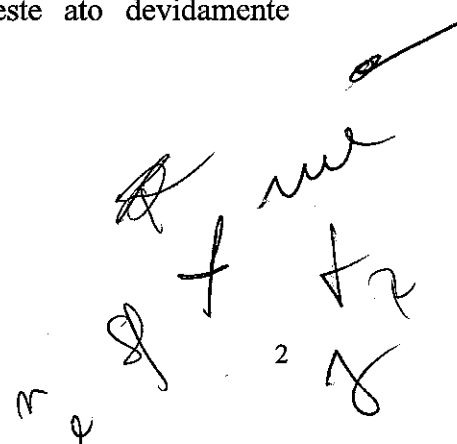
GRV SOLUTIONS S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227, Alphaville, Santana de Parnaíba, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.197.119/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Cedente");

A COMUNHÃO DE TITULARES DAS DEBÊNTURES OBJETO DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES DA GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A., abaixo qualificada (os "Debenturistas"), neste ato representados por seu agente fiduciário PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, parte, Bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada (o "Agente Fiduciário");

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400 – 4º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Itaú BBA" ou "Agente de Cobrança");

e, como Interveniente-anuente,

GRV MONITOR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, n.º 418, 11º andar, sala 12G, Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.781.749/0001-77, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (a "GRV Monitor");

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the document. There are several distinct marks, including what appears to be a signature 'me' and other initials.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a GRV Monitor emitiu 200 (duzentas) debêntures simples para distribuição pública com esforços restritos, destinada a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, em série única, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, com prazo de 4 (quatro) anos e valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), perfazendo o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na data de emissão (as “Debêntures”), tudo de acordo com o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da GRV Monitor Participações S.A.” (a “Escritura”);
- (B) os recursos decorrentes da emissão das Debêntures serão destinados à quitação parcial do empréstimo oriundo do contrato n.º 101109100000600, no valor de R\$26.700.000,00 (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), com prazo de vencimento no dia 21 de dezembro de 2009, concedido pelo Banco Itaú BBA S.A. à GRV Monitor para financiar parcela do preço de aquisição de 38.548.802 (trinta e oito milhões, quinhentas e quarenta e oito mil, oitocentas e duas) ações ordinárias de emissão da Sascar Tecnologia e Segurança Automotiva S.A., conforme prevê o “Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” assinado pela GRV Monitor em 30 de setembro de 2009;
- (C) para garantir o pagamento pontual e integral de quaisquer obrigações assumidas pela GRV Monitor na Escritura, incluindo, mas sem limitação, principal da dívida, juros, penalidades, multas e despesas, a Cedente obrigou-se a ceder fiduciariamente em favor dos Debenturistas, em caráter irrevogável e irretratável, direitos de crédito de sua titularidade;
- (D) em 10 de abril de 2008 a Cedente celebrou o “Contrato de Sub-Licença de Uso de Programa de Computador e Outras Avenças” com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (a “FENASEG”), por meio do qual a Cedente licenciou à FENASEG o direito exclusivo do *software* denominado “SNG – Sistema Nacional de Gravames” (o “Software SNG”), para que esta pudesse prestar serviços conexos a terceiros (o “Contrato de Licença”);
- (E) a FENASEG, por sua vez, firmou com a ABAC – Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio, ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos, ABBI – Associação Brasileira dos Bancos Internacionais, ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing, ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, ANFAC – Associação Nacional de Factoring e a FEBRABAN – Federação Brasileira das Associações de Bancos um contrato de prestação de serviços conexos ao

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and several initials.

Software SNG (o "Contrato de Prestação de Serviços"), ao qual determinadas empresas vinculadas às associações acima referidas formalmente aderiram mediante assinatura de termo de adesão, conforme especificado no Anexo (E) deste Contrato (as "Empresas Usuárias");

- (F) o Contrato de Licença e o Contrato de Prestação de Serviços prevêm, entre outras coisas, que (i) as Empresas Usuárias são individualmente responsáveis pelo pagamento dos valores devidos pela prestação dos serviços relativos ao uso do Software SNG que fizerem uso; e (ii) a Cedente, por ser responsável por operacionalizar integralmente a prestação dos serviços relativos ao uso do Programa SNG, deve realizar a cobrança direta dos valores devidos pelas Empresas Usuárias, fazendo jus à parcela dos valores relativos aos serviços de registro de gravames e dos valores relativos aos serviços de baixa de gravames, todos efetuados por meio do Software SNG;
- (G) a Cedente deseja ceder fiduciariamente em garantia parte dos direitos de crédito mencionados no item (F) acima, decorrentes do Contrato de Licença e do Contrato de Prestação de Serviços;

RESOLVEM as Partes firmar o presente Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta (o "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições abaixo pactuadas.

## 1. CESSÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E VINCULAÇÃO DE RECEITA

1.1. Cessão Fiduciária em Garantia. Pelo presente Contrato e sujeito ao cumprimento dos requisitos previstos na Cláusula 1.2 a seguir, a Cedente, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário, a Remuneração e os Encargos Moratórios (termos definidos de acordo com a Escritura) devidos pela GRV Monitor nos termos da Escritura, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura e deste Contrato (as "Obrigações Garantidas"), cede fiduciariamente aos Debenturistas, nesta data, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as Obrigações Garantidas, nos termos do Art. 66-B da Lei 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis, os seguintes direitos (os "Créditos Cedidos");

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

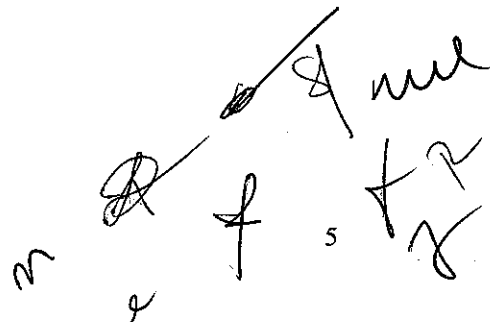
- C O N T R A T O
- (i) os direitos de crédito, presentes ou futuros, de titularidade da Cedente, contra as Empresas Usuárias, decorrentes da prestação de serviços relativos ao uso do Software SNG, nos termos do Contrato de Licença e do Contrato de Prestação de Serviços;
  - (ii) os direitos creditórios da Cedente, presentes ou futuros, sobre todos os valores a serem depositados na Conta Centralizadora (conforme definido na Cláusula 2.1 abaixo).

1.1.1. As Obrigações Garantidas têm suas características devidamente descritas no Anexo 1.1 ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

1.2. Anuência e Outorga de Poderes da FENASEG. Até o dia 15 de fevereiro de 2010, a Cedente obriga-se a obter da FENASEG e a apresentar ao Agente Fiduciário:

- (i) instrumento epistolar que formalize a outorga pela FENASEG à Cedente de poderes específicos para indicar ou alterar dados das contas bancárias destinatárias dos pagamentos previstos sob o Contrato de Prestação de Serviços, conforme aderido pelas Empresas Usuárias, bem como para enviar e solicitar as notificações e instruções de pagamento previstas na Cláusula 1.3 abaixo; e
- (ii) anuência expressa da FENASEG em relação à cessão objeto deste Contrato, bem como seu comprometimento formal no sentido de: (a) não alterar as instruções de pagamento direcionadas às Empresas Usuárias pela GRV Solutions nos termos da Cláusula 1.3 deste Contrato; e (b) não revogar ou alterar os poderes outorgados em conformidade com o disposto nesta Cláusula até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

1.3. Notificação às Empresas Usuárias listadas no Anexo (E). A Cedente obriga-se a, até o dia 15 de fevereiro de 2010, notificar as Empresas Usuárias sobre as instruções de pagamento conforme este Contrato, sendo certo que os valores a serem pagos sob o Contrato de Prestação de Serviços pelas Empresas Usuárias deverão ser feitos na Conta Centralizadora ou por meio do pagamento de boleto bancário de cobrança emitido pelo Banco Itaú BBA S.A.

m f 5 f r z

1.3.1. A Cedente deverá notificar as Empresas Usuárias acerca das instruções de pagamento conforme este Contrato por meio de notificação a ser enviada nos moldes da minuta constante do Anexo 1.3.1, no prazo acima estabelecido.

1.3.2. A Cedente obriga-se a entregar ao Agente Fiduciário cópias das notificações referidas acima, já portando comprovação da ciência da Empresa Usuária específica, até o dia 15 de fevereiro de 2010.

## **2. ADMINISTRAÇÃO DA CONTA CENTRALIZADORA, SALDO MÍNIMO E RECOMPOSIÇÃO DA GARANTIA**

2.1. Conta Centralizadora. Os direitos creditórios de titularidade da Cedente decorrentes da prestação de serviços relativos ao uso do Software SNG, nos termos do Contrato de Licença e do Contrato de Prestação de Serviços, deverão ser depositados em conta vinculada de titularidade da Cedente, mantida no Banco Itaú BBA S.A., sob o n.º 0757414, agência n.º 001, movimentável exclusivamente nos termos deste Contrato (a “Conta Centralizadora”).

2.2. Montante Mínimo e Recomposição da Garantia. A cada mês, a Cedente deverá enviar ao Agente de Cobrança, para cobrança bancária, direitos de crédito contra as Empresas Usuárias no montante mínimo de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) (o “Montante Mínimo”) que deverão ser liquidados na Conta Centralizadora, até a data de fechamento do mês do respectivo vencimento.

2.2.1. A partir do dia 15 de fevereiro de 2010, a liquidação do Montante Mínimo na Conta Centralizadora será mensalmente verificada pelo Agente Fiduciário por meio de relatório emitido pelo Agente de Cobrança e entregue ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) dias úteis depois do fechamento mensal, o qual ocorrerá todo dia 30 de cada mês.

2.2.2. Se, em qualquer mês, até a data do seu respectivo fechamento, não for verificado pelo Agente Fiduciário o envio ao Agente de Cobrança, para cobrança bancária, de direitos de crédito contra as Empresas Usuárias e a liquidação de tais direitos de crédito na Conta Centralizadora em valor equivalente ao Montante Mínimo, a Cedente deverá recompor a garantia prevista neste Contrato por meio de cessão fiduciária em garantia de títulos ou de direitos creditórios aceitos pelos Debenturistas, em valor suficiente para assegurar que a Conta Centralizadora registre o fluxo do Montante Mínimo exigido neste item.

*[Handwritten signatures and initials]*



2.7. O Agente de Cobrança não será responsável perante qualquer das partes em virtude do cumprimento pontual das referidas medidas, mandados, sentenças ou decisões, não obstante essas medidas, mandados, sentenças ou decisões possam ser posteriormente alteradas, revogadas ou anuladas.

2.8. A remuneração do Agente de Cobrança pelos serviços e obrigações nos termos deste Contrato será paga pela Cedente, nos termos de instrumento particular a ser assinado entre o Agente de Cobrança e a Cedente. Cópia deste contrato deverá ser fornecida ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias de sua assinatura.

2.9. Pelo presente instrumento, o Agente Fiduciário fica autorizado a receber extratos, recibos e relatórios relativos à Conta Centralizadora com periodicidade mensal, e mediante solicitação, em periodicidade inferior.

### 3. REGISTRO DA GARANTIA

3.1. Registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. No prazo máximo de 20 dias a contar da assinatura do presente Contrato ou após a assinatura de qualquer aditivo ao referido instrumento, a Cedente, às suas expensas, levará, ou fará com que seja levado a registro o presente Contrato e seus anexos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

3.1.1. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro acima previsto, a Cedente apresentará ao Agente Fiduciário comprovação da devida averbação em forma definitiva, entregando-lhes uma via original do presente Contrato e seus eventuais aditamentos.

3.2. Demais Registros. A Cedente dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação ao Agente Fiduciário.

### 4. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

4.1. A Cedente neste ato declara e garante aos Debenturistas que:

*[Handwritten signatures and initials]*

- (iii) é uma sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (iv) possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este Contrato e cumprir as obrigações aqui assumidas, tendo tomado todas as medidas societárias necessárias para autorizar a celebração do referido instrumento;
- (v) a celebração deste Contrato e a execução das obrigações aqui assumidas pela Cedente não infringe, contraria, descumpre ou viola (a) qualquer disposição de seu estatuto social; (b) qualquer obrigação por ela assumida em qualquer negócio jurídico; ou (c) qualquer lei, decreto ou regulamento, nem de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial a que a Cedente esteja sujeita;
- (vi) os signatários que aqui a representam têm poderes e foram devidamente autorizados a celebrar o presente Contrato, vinculando a Cedente de forma legítima;
- (vii) a cessão fiduciária constituída nos termos deste Contrato constituirá, após a realização dos registros mencionados na Cláusula 3 acima, garantia real válida e eficaz das Obrigações Garantidas, nos termos da lei aplicável;
- (viii) responsabiliza-se perante os Debenturistas pela existência e correta formalização dos Créditos Cedidos e a cessão dos mesmos nos termos deste Contrato, declarando, ainda, que os mesmos encontram-se totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, reais ou pessoais, judiciais ou extrajudiciais, processos, inclusive sem limitação de qualquer direito de oneração ou alienação, não existindo contra si qualquer direito ou ação ou qualquer acordo firmado que tenha dado ou possa dar lugar a qualquer arguição de compensação ou outra forma de extinção, redução e/ou mudança de condição de pagamento com relação aos Créditos Cedidos e assim deverão permanecer enquanto as Obrigações Garantidas não forem devida e integralmente liquidadas, nos termos da Escritura;
- (ix) os Créditos Cedidos não foram objeto de qualquer início ou promessa de venda ou obrigação equivalente ou que tenha o mesmo ou similar efeito;

*[Handwritten signatures and initials]*

- (x) nenhuma outra autorização governamental é necessária para a constituição e manutenção da cessão fiduciária sobre os Créditos Cedidos;
- (xi) as obrigações assumidas pela Cedente neste Contrato são válidas, exigíveis e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (xii) responsabiliza-se, civil e criminalmente, pela existência e correta formalização dos Créditos Cedidos, bem como pelo seu valor, legalidade, legitimidade, existência, exigibilidade, validade, ausência de vícios, consistência, suficiência das informações, veracidade e correta formalização dos Créditos Cedidos, declarando, ainda, que os mesmos encontram-se perfeitamente constituídos e na estrita e fiel forma e substância descritos pela Cedente.

4.2. O Agente de Cobrança declara e garante que:

- (i) é uma instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;
- (ii) se encontra autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro respectivamente de, à ou com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega, protocolo, registro ou cumprimento, pelo Agente de Cobrança, deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e
- (iii) a celebração, entrega e cumprimento do presente Contrato pelo Agente de Cobrança não viola qualquer dispositivo de seu Estatuto Social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.

*[Handwritten signatures and initials]*

10

## 5. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

### 5.1. A Cedente, neste ato, obriga-se a:

- (i) manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) razoavelmente despendidos que os Debenturistas e o Agente Fiduciário venham comprovadamente incorrer: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer dos Créditos Cedidos; (ii) referentes ou resultantes de qualquer violação de qualquer das declarações assumidas na Cláusula 4 deste Contrato, e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos, de acordo com este Contrato;
- (ii) dar cumprimento a todas as instruções escritas, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, por ela recebidas do Agente Fiduciário, para o cumprimento do presente Contrato, especialmente quando da ocorrência de hipótese de vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula VII da Escritura;
- (iii) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da respectiva solicitação, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações e comprovações que este venha a solicitar acerca dos Créditos Cedidos, seguindo os critérios de razoabilidade e de boa-fé, de sorte a permitir que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário executem as disposições do presente Contrato;
- (iv) praticar quaisquer atos e assinar quaisquer documentos que sejam necessários para a manutenção dos Créditos Cedidos, obrigando-se, inclusive, mas não somente, a defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos Debenturistas sobre os Créditos Cedidos, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Cedente venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar de maneira adversa os Créditos Cedidos ou este Contrato;
- (v) não constituir sobre os Créditos Cedidos qualquer outro ônus ou gravame sob qualquer forma ou natureza, além da cessão fiduciária prevista neste Contrato;

- (vi) não ceder, transferir, endossar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Créditos Cedidos;
- (vii) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos Créditos Cedidos, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas, que não poderá ser injustificadamente recusada, segundo critérios de razoabilidade e princípios de boa-fé, ou deixar de ser respondida em prazo superior a 30 (trinta) dias contados da solicitação de anuência enviada pela Cedente a cada um dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, sob pena de referida anuência ser considerada automaticamente concedida;
- (viii) efetuar regularmente a notificação prevista na Cláusula 1.2 acima, de forma que todo e qualquer valor que receber referente à realização dos serviços sob o Contrato de Prestação de Serviços seja depositado na Conta Centralizadora;
- (ix) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade dos Debenturistas venderem ou de outra forma disporem dos Créditos Cedidos, no todo ou em parte, após a ocorrência e continuidade de um evento de vencimento antecipado (conforme previsto na Cláusula VII da Escritura);
- (x) não alterar as instruções de pagamento direcionadas às Empresas Usuárias nos termos da Cláusula 1.3 até o pagamento integral das Obrigações Garantidas;
- (xi) não alterar a Conta Centralizadora nem criar novas contas correntes para depósito dos Créditos Cedidos sem o prévio e expresso consentimento por escrito do Agente Fiduciário;
- (xii) não substituir o Agente de Cobrança nem o Agente Fiduciário para o desempenho das funções estipuladas neste Contrato, exceto mediante autorização prévia e por escrito do Agente Fiduciário após aprovação em Assembléia Geral dos Debenturistas ("AGD"), e desde que as instituições substitutas se comprometam a aderir aos termos deste Contrato;
- (xiii) exercer diligente e tempestivamente todos os direitos e cumprir com todas suas obrigações decorrentes da Escritura e do presente Contrato;

- (xiv) na hipótese de ocorrência de penhora ou qualquer outra constrição judicial sobre os Créditos Cedidos, ou sobre a Conta Centralizadora, notificar (a) a autoridade judicial responsável pela penhora, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sobre a cessão ora constituída, e oferecer outros bens ou ativo alternativo que seja suficiente e aceitável, a critério dos Debenturistas, para garantir os créditos por ela exigidos; e (b) o Agente Fiduciário, tão logo seja possível, mas em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis de sua ciência sobre a ocorrência da penhora judicial, sobre a ocorrência da referida penhora. Nesta hipótese, deverá a Cedente informar, imediatamente, ao Agente Fiduciário a respeito da penhora ou qualquer outra constrição judicial sobre os Créditos Cedidos; e
- (xv) fornecer, mediante solicitação, ao Agente Fiduciário informações e documentos adicionais aos descritos neste Contrato, desde que razoáveis e necessários à averiguação, aperfeiçoamento ou excussão da garantia ou ao exercício de quaisquer direitos decorrentes deste Contrato. As referidas solicitações deverão ser atendidas pela Cedente em até 2 (dois) dias úteis contados da solicitação, salvo na hipótese de ocorrência de inadimplemento ou de vencimento antecipado das Debêntures nos termos e prazos previstos na Escritura, ocasião em que as referidas solicitações deverão ser atendidas de imediato, mediante notificação enviada ao Agente Fiduciário.

## 6. DA EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

6.1. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos previstos na Escritura, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, poderão promover a excussão da cessão fiduciária ora constituída, que deverá observar os seguintes procedimentos:

- (i) em caso de declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário estará autorizado pela Cedente, de forma irrevogável e irretratável, a instruir o Agente de Cobrança a bloquear o saldo disponível da Conta Centralizadora assim como os valores posteriormente depositados na Conta Centralizadora e utilizá-los para quitar integralmente as obrigações pecuniárias em atraso, acrescidas de todas as despesas e tributos razoável e eventualmente incidentes que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham comprovadamente incorrer, devendo o eventual saldo remanescente ser liberado à Cedente;

- (ii) havendo, após a execução da presente garantia conforme previsto no item (i) acima, saldo não liquidado das Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável por tal saldo até a efetiva e total liquidação do mesmo;
- (iii) o exercício da prerrogativa prevista no item (i) acima não impedirá o Agente Fiduciário de executar a garantia decorrente do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme definido na Escritura, ou qualquer outra garantia outorgada aos Debenturistas.

6.2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas precedentes, aos Debenturistas compete o direito de:

- (i) promover a intimação das Empresas Usuárias para que não efetuem quaisquer pagamentos diretamente à Cedente, salvo se direcionados exclusivamente na Conta Centralizadora, podendo a Cedente dar ciência às Empresas Usuárias sobre a cessão objeto deste Contrato; e
- (ii) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Créditos Cedidos e exercer os demais direitos conferidos à Cedente nos instrumentos representativos dos Créditos Cedidos.

6.2.1. A Cedente concorda e reconhece expressamente que o Agente Fiduciário poderá praticar todos os atos necessários para a venda e transferência dos Créditos Cedidos, inclusive, conforme aplicável, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, observadas as condições de excussão da cessão fiduciária previstas na presente Cláusula.

6.2.2. A Cedente desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Créditos Cedidos.

6.3. Fica o Agente Fiduciário, para os fins e efeitos deste Contrato e desta Cláusula, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Créditos Cedidos, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-o a Cedente, nos termos dos Artigos 683 e

seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Agente Fiduciário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente incorrer, serão suportados exclusivamente pela Cedente e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Cedente, nesta data, entrega ao Agente Fiduciário, uma procuração na forma do Anexo 6.3 ao presente Contrato.

6.3.1. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 648 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste instrumento.

## 7. EVENTUAIS ALTERAÇÕES

7.1. Alterações referentes às Obrigações. A Cedente permanecerá obrigada nos termos do presente instrumento, e os Créditos Cedidos permanecerão sujeitos à cessão fiduciária ora prevista, a todo o tempo, até o término do presente Contrato nos termos da Cláusula 9.1 abaixo, sem limitação e sem qualquer reserva de direitos, e, independentemente da transmissão de aviso à Cedente ou de anuência ulterior das mesmas, não obstante:

- (i) qualquer alteração do prazo, forma, local, valor ou moeda de pagamento das Obrigações Garantidas;
- (ii) qualquer ação (ou omissão) dos Debenturistas ou do Agente Fiduciário no exercício de qualquer direito contido neste instrumento ou nos termos da lei, ou renúncia a qualquer direito ou ainda prorrogação do prazo de execução de qualquer direito nos termos deste instrumento ou da lei aplicável; ou
- (iii) a venda, permuta, renúncia, restituição ou quitação de qualquer garantia, direito de compensação ou outro direito previsto e conforme os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Escritura).

## 8. DESPESAS

8.1. A Cedente, desde já, assume a obrigação de ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas que este venha incorrer no exercício de suas funções e na excussão da presente garantia.

*[Handwritten signatures and initials]*



9.5. Ausência de Dever dos Debenturistas e do Agente Administrativo. Os poderes conferidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, nos termos do presente instrumento destinam-se exclusivamente a proteger os direitos dos Debenturistas sobre os Créditos Cedidos e não imporão qualquer dever aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário de exercer quaisquer desses poderes. Nem os Debenturistas, nem o Agente Fiduciário, seus diretores, conselheiros, empregados ou agentes ficarão responsáveis perante a Cedente por qualquer ação ou omissão nos termos do presente instrumento, exceto na medida em que tenha sido causada por dolo ou culpa.

9.6. Sucessão. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus sucessores e cessionários a qualquer título ao seu fiel e pontual cumprimento, incluindo as eventuais sucessoras da Cedente.

9.7. Lei Aplicável. O presente Contrato será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

9.8. Notificações. Exceto se de outra forma prevista neste Contrato, as comunicações a serem enviadas por qualquer uma das Partes, nos termos deste Contrato, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Cedente:**

Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227  
Alphaville  
Santana do Parnaíba/SP  
CEP: 06541-010  
Tel.: (11) 4152-9300  
Fax: (11) 4152-9347  
A/C.: Roberto Dagnoni  
Email: [roberto@grvsolutions.com.br](mailto:roberto@grvsolutions.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

Avenida das Américas, n.º 4200  
Sala 514, Parte, Bloco 04  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22640-102  
Tel: (21) 3385-4565  
Fax: (21) 3385-4046  
A/C: Marcelo da Costa Ribeiro  
E-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br) e  
[pentagono@pentagonotrustee.com.br](mailto:pentagono@pentagonotrustee.com.br)

*[Handwritten signatures and initials]*  
17

**Para a GRV Monitor:**  
Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, 227  
Alphaville  
Santana de Parnaíba, SP  
CEP 06541-010  
Tel.: (11) 4152-9300  
Fax: (11) 4152-9347  
A/C: Roberto Dagnoni  
E-mail: [roberto@grvsolutions.com.br](mailto:roberto@grvsolutions.com.br)

9.8.2. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as Partes, tão logo tomem conhecimento.

9.10. Foro. As Partes elegem, por este ato, o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios decorrentes do presente instrumento.

9.11. Execução Específica. Este Contrato constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações aqui assumidas

comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

O presente Contrato é firmado por cada uma das partes em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

(Restante da página propositalmente deixado em branco)

3  
e  
19  
7  
2

Página de assinaturas 1 de 5 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta celebrado em 17 de dezembro de 2009 entre a GRV SOLUTIONS S.A. e a comunhão dos debenturistas da primeira emissão de debêntures da GRV Monitor Participações S.A.

PELA CEDENTE:

GRV Solutions S.A.

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

~  
e  
me  
f  
r  
r  
r





0 0 0 0 0 0 0 0 0 0  
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0  
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0  
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0  
0 0 0 0 0 0 0 0 0 0

*Página de assinaturas 4 de 5 do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta celebrado em 17 de dezembro de 2009 entre a GRV SOLUTIONS S.A. e a comunhão dos debenturistas da primeira emissão de debêntures da GRV Monitor Participações S.A.*

PELA GRV MONITOR:

GRV Monitor Participações S.A.

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Por:  
Cargo:

*Handwritten signatures and initials:*  
m  
e  
F  
d  
Kune  
R  
P  
R

## ANEXO (E) – Empresas Usuárias

DEBENTURE - todos notificados			
Convênio de Cobrança (info interna IBBA)		2938 07760-6	
Conta Caução Vinculada (descrito nos contratos)		Banco IBBA (184); ag 001; conta 0757414	
Grupo	Nome Financeira	CNPJ	Com Notificação
ABN	BANCO ABN AMRO REAL S/A.	33.066.408/0001-15	X
ABN	BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A	60.942.638/0001-73	X
ABN	ABN AMRO ARRENDAMENTO MERCANTIL	34.033.779/0001-63	X
ABN	ABN AMRO REAL ADM. DE CONSÓRCIOS LTDA	55.942.312/0001-06	X
ABN	AYMORE CRED FIN E INVESTIMENTO AS	07.707.650/0001-10	X
ABN	SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	47.193.149/0001-06	X
ITAU	BANCO FIAT S/A	61.190.658/0001-06	X
ITAU	BANCO ITAUBANK S/A	60.394.079/0001-04	X
ITAU	CIA ITAULEASING DE ARR. MERCANTIL	49.925.225/0001-48	X
ITAU	FIAT ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA	48.776.058/0001-58	X
ITAU	BANCO ITAU SA	60.701.190/0001-04	X
ITAU	BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A	76.492.172/0001-91	X
ITAU	FINAUSTRIA CIA DE CRED FIN INV	59.461.152/0001-34	X
ITAU	BANESTADO LEASING S/A. ARREND MERCANTIL	62.527.346/0001-08	X
ITAU	BANCO BANERJ S/A	33.885.724/0001-19	X
ITAU	BANCO ITAU BBA S/A	17.298.092/0001-30	X
ITAU	BANCO ITAUCARD SA	17.192.451/0001-70	X
ITAU	BANCO FIAT S/A	61.190.658/0001-06	X
ITAU	FINAUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A	47.178.918/0001-99	X
ITAU	ITAU ADM. DE CONSORCIOS LTDA.	00.000.776/0001-01	X
ITAU	ITAU-BBA TRADING S/A	52.815.131/0001-20	X
ITAU	BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	43.425.008/0001-02	X
ITAU	ITAUBANK LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	43.443.464/0001-85	X
ITAU	BANKBOSTON N.A.	33.140.666/0001-02	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	61.071.387/0001-61	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	33.700.394/0001-40	X
UNIBANCO	BANCO DIBENS SA	61.199.881/0001-06	X
UNIBANCO	UNIBANCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTI	44.071.785/0001-69	X
UNIBANCO	DIBENS LEASING SA ARR. MERCANTIL	65.654.303/0001-73	X
UNIBANCO	BANCO RODOBENS	33.603.457/0001-40	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	33.222.241/0001-34	X
UNIBANCO	UNIBANCO LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	44.071.785/0001-69	X
UNIBANCO	UNIBANCO LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	34.120.899/0001-06	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	33.222.225/0001-41	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	43.711.746/0001-16	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	17.157.777/0001-67	X
UNIBANCO	UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	63.090.609/0001-19	X
SANTANDER	BANCO SANTANDER S/A	33.517.640/0001-22	X
SANTANDER	BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA	61.411.633/0001-87	X
SANTANDER	SANTANDER BANESPA CIA ARRENDAMENTO MERCANTIL	42.291.245/0001-65	X
SANTANDER	BANCO SANTANDER BANESPA S/A	90.400.888/0001-42	X
SANTANDER	SANTANDER BANESPA CIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	88.337.985/0001-96	X
SANTANDER	SANTANDER BANESPA CIA ARRENDAMENTO MERCANTIL	88.337.985/0001-96	X
SANTANDER	BANCO SANTANDER BRASIL S/A	61.472.676/0001-72	X
SANTANDER	SANTANDER BRASIL ARREND. MERCANTIL S/A	00.589.171/0001-06	X





*Continuação do Anexo 1.1 – Principais Características das Obrigações Garantidas*

Comissões: Pelos trabalhos de coordenação, estruturação e distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, o Banco Itaú BBA S.A. fará jus a uma comissão de estruturação, calculada sobre o valor total das Debêntures subscritas e integralizadas na data de liquidação: (i) de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento) a ser paga na data da liquidação; e (ii) de 4 (quatro) parcelas de 1,18% (um vírgula dezoito por cento) cada, a serem pagas anualmente, sendo a primeira parcela devida em 360 (trezentos e sessenta) dias da data de liquidação. A título da prestação de garantia firme, o Banco Itaú BBA S.A. fará jus a um prêmio de garantia firme, de 2,19% (dois vírgula dezenove por cento) a ser pago na data de liquidação, calculada sobre o valor total das Debêntures subscritas e integralizadas na Data de Liquidação.

Outras Despesas: Anualmente, será devida ao agente fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura, uma parcela no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da Escritura e as demais a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.

3  
e  
P  
mult  
v

**Anexo 1.3.1 - Minuta de Notificação às Empresas Usuárias**

[local], [data]

Ao(À)  
[nome da Empresa Usuária]  
A/C  
[nome do destinatário]  
[endereço]

Com cópia para:

Pentágono S.A. DTVM  
A/C  
[nome do destinatário]  
Avenida das Américas, n.º 4200  
Sala 514, Bloco 04  
Rio de Janeiro, RJ  
[CEP]

Ref.: Instruções de Pagamento do Contrato de Prestação de Serviços assinado com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG

Prezados Senhores,

Fazemos referência: (i) ao Contrato de Prestação de Serviços assinado entre a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG e as associações ABAC – Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio, ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos, ABBI – Associação Brasileira dos Bancos Internacionais, ABEL – Associação Brasileira de Empresas de Leasing, ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, ANFAC – Associação Nacional de Factoring e FEBRABAN – Federação Brasileira das Associações de Bancos, instrumento ao qual a [nome da Empresa Usuária] formalmente aderiu em [data da assinatura do termo de adesão] (o “Contrato de Prestação de Serviços”); e (ii) ao Contrato de Licença de Uso de Programa de Computador e Outras Avenças celebrado entre a FENASEG e a GRV Solutions S.A. (a “GRV Solutions”), por meio do qual esta última sub-licenciou à FENASEG o *software* SNG – Sistema Nacional de Gravames, mediante o recebimento de parcela da remuneração devida pela [nome da Empresa Usuária] nos termos do Contrato de Prestação de Serviços, conforme aderido.

*[Handwritten signature and initials]*

Continuação do Anexo 1.3.1 - Minuta de Notificação às Empresas Usuárias

Tendo em vista o disposto na Cláusula 1.1 do Contrato de Prestação de Serviços, segundo a qual o pagamento dos serviços contratados deve ser feito pela [nome da Empresa Usuária] até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, através de crédito em conta corrente a ser estabelecida pela FENASEG em seu nome ou de quem ela indicar, a GRV Solutions e a FENASEG, esta última devidamente representada pela GRV Solutions, conforme documento anexo, vêm solicitar a V.Sas. que todos os pagamentos devidos de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços, conforme aderido, sejam pagos mediante quitação do respectivo boleto bancário emitido pelo Banco Itaú BBA S.A. ou depósito bancário de acordo com as seguintes instruções:

Banco: [●]

Conta-corrente: [●]

Agência: [●]

Titular: [●]

Por fim, solicitamos por gentileza que V.Sas. nos retornem uma via desta correspondência devidamente assinada com comprovação de sua ciência com os termos da mesma. Desde já gratos, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Qualquer alteração nesta instrução de pagamento somente poderá ser efetuada mediante prévia e expressa anuência da Pentágono S.A. DTVM, a quem encaminhamos cópia desta correspondência.

Atenciosamente,

GRV Solutions S.A.

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

P.p. Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Ciente e de acordo em [data ]:

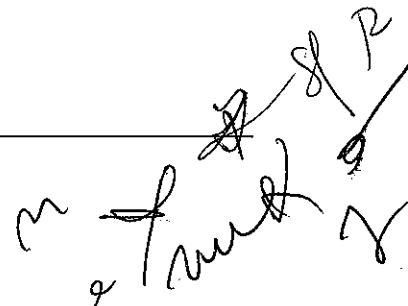
[nome da Empresa Usuária]

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:



### Anexo 6.3 - Minuta de Procuração (Agente Fiduciário)

GRV SOLUTIONS S.A., sociedade por ações com sede em Alphaville, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Dib Sauaia Neto, n.º 227, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.197.119/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada “Outorgante”, nomeia e constitui PENTAGONO S.A. DTVM, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, parte, Bloco 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, doravante denominada “Outorgado”, seu procurador para atuar em seu nome e por sua conta, praticar e celebrar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes ao exercício dos direitos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Administração de Conta (o “Contrato”), celebrado em 17 de dezembro entre a Outorgante e o Outorgado, na qualidade de agente fiduciário representante dos da comunhão dos debenturistas da primeira emissão pública de debêntures da GRV Monitor Participações S.A. (os “Debenturistas” e as “Debêntures”, respectivamente), com poderes para: (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) necessário à preservação da garantia de cessão fiduciária prevista no Contrato, e (ii) mediante a ocorrência de qualquer inadimplência e/ou decretação de vencimento antecipado dos valores devidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures: (a) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para exercer os direitos previstos no Contrato; (b) alienar, cobrar, receber, transferir e/ou liquidar créditos (no todo ou em parte), segundo os termos e condições estipulados no Contrato; (c) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento dos valores decorrentes dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato, ou a alienação de tais direitos a terceiros nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, desde que não seja realizada por preço vil; (d) praticar todos os atos necessários (inclusive perante órgãos públicos, autoridades governamentais ou quaisquer terceiros) para possibilitar o recebimento de quaisquer outros valores pagos em decorrência dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato, ou a alienação de tais direitos a terceiros; e (e) receber os valores dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos do Contrato para pagamento das Obrigações Garantidas.

A presente procuração é outorgada como condição ao Contrato e para atendimento das obrigações nele previstas, em conformidade com o artigo 684 do Código Civil Brasileiro e será irrevogável, válida e eficaz até que o Contrato tenha se extinguido em conformidade com seus termos.

Esta procuração será válida e eficaz pelo prazo de vigência do Contrato.

A Outorgante fez com que seus representantes devidamente autorizados firmassem a presente procuração em [•].

GRV SOLUTIONS S.A.

Por:  
Cargo:

Por:  
Cargo:

*[Handwritten signatures and initials]*